

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E COGNITIVO DA CRIANÇA

Daniel Clemente Almeida¹, Lidiane Hott de Fúcio Borges², Mariana Luana Martins³.

¹ Graduando em Pedagogia no centro universitário UNIFACIG. danielclemente015@gmail.com

² Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais, centro universitário UNIFACIG.
lidianehott@yahoo.com.br

³ Graduanda em História no centro universitário UNIFACIG. marianabw1997@gmail.com

Resumo: A educação infantil é peça fundamental para o desenvolvimento da criança. É nesse período que acontecem as primeiras experiências, a troca de saberes, o brincar como forma de aprendizagem. Num passado não tão distante, a educação voltada às crianças não existia, pois estas eram vistas como adultos em miniatura, com isso, recebendo a mesma educação de um adulto de porte comum. O presente trabalho, que é fruto de pesquisas bibliográficas, procurou responder de que maneira a educação infantil contribui para o desenvolvimento físico e cognitivo da criança. Como resultado dessa investigação, conclui-se que a pré-escola (creche) é de suma importância para o desenvolvimento infantil, e que os pais precisam perceber isso e não permanecer com a ideia de que esse ambiente é apenas um local para deixar seus filhos enquanto vão trabalhar.

Palavras-chave: Infância; Crianças; Educação Infantil; Desenvolvimento; Aprendizagem.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

1. INTRODUÇÃO

Ao se falar em infância, logo se pensa em crianças, e ao se falar em educação infantil, automaticamente faz-se menção ao início da Educação Básica, àquelas instituições destinadas às crianças de 0 a 5 anos, chamadas de creches e/ou pré-escolas. É justamente nesse período de vida da criança que acontece o processo de troca de experiência social, em que ao brincar, a criança aprende. Ao se abordar a questão da educação infantil, são muitas as pessoas que não possuem a noção da real importância desta para o desenvolvimento das crianças. Há pessoas que acreditam que essas instituições de ensino são apenas espaços que os pais utilizam para manter os filhos enquanto trabalham e, além disso, muitos acreditam que ao levar a criança “muito nova” para a escola, ela apenas irá brincar e não aprender.

A educação infantil, nos últimos anos, passou por diversas mudanças. Desde a Constituição de 1988, o Ministério da Educação reconhece o atendimento em creche e pré-escola como direito social das crianças e vincula esse atendimento a área educacional. Mas apenas com as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que regulamentou a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, uma mudança de fato começou a ocorrer.

Nas últimas décadas, cada vez mais pesquisadores, como Silva (2012), defendem que quanto mais cedo a criança tem acesso ao saber, melhor ela desenvolve suas habilidades físicas, sociais e cognitivas. Diante desse aspecto, como problema de pesquisa, o presente artigo procura responder à seguinte pergunta: Como a educação infantil contribui para o desenvolvimento físico e cognitivo da criança?

O presente artigo tem como objetivo geral mostrar a importância da educação infantil, e para isso, serão discutidos aspectos históricos e das habilidades desenvolvidas pelas crianças nessa fase, destacando a importância da Educação Infantil no processo educacional. Como metodologia de ensino optou-se por uma pesquisa do tipo bibliográfico e de caráter qualitativo.

Espera-se, ao fim deste trabalho, responder a questão proposta, e mostrar para a sociedade a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança.

2. UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A “CRIAÇÃO” DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao se falar em educação de crianças, logo se remete a educação infantil, a primeira etapa da educação básica. Porém, essa ligação nem sempre existiu, pois por muito tempo a criança não foi vista como tal e muito menos havia uma educação exclusiva para elas. Sobre isso é dito que “o mundo pré-moderno não tem noção de infância. Isto é: o mundo pré-moderno não mostra vestuário próprio para as crianças e não apresenta uma literatura infantil, ao menos não no sentido atual, isto é, uma literatura infantil para o entretenimento das crianças enquanto criança” (GHIRALDELLI JR, 2015. p 17).

Nas sociedades tribais, conforme aponta Aranha (2006), acontecia a educação difusa, uma educação em que as crianças aprendiam imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias e no ritual, ou seja, nesse tipo de sociedade predominava o aprendizado por reprodução, em que os mais velhos ensinavam aos mais novos os costumes de seu povo, sendo assim caracterizada como uma educação informal. Atividades como a pesca, a caça, a agricultura ou mesmo o pastoreio eram transmitidas sem um educador, uma pessoa responsável por ensinar. As crianças aprendiam para a vida e por meio da vida (ARANHA, 2006, p. 35).

Já na Roma Antiga, segundo Tomas (2001), o que se pode observar é que os laços sanguíneos eram menos importantes que os vínculos afetivos, sendo presenciado constantemente o abandono de crianças, o que contribuiu para que a prática de adoções fosse ali mais evidenciada. Nessa sociedade, diferente das sociedades tribais, em que as crianças não tinham uma pessoa responsável por educá-las, ensiná-las e cuidar delas, a criança romana, principalmente da nobreza, possuía um responsável pela sua educação, e esta geralmente era atribuída a amas de leite ou a própria mãe da criança.

Em relação ao contraste entre a educação feminina e masculina, às meninas eram ensinadas as tarefas de casa pelas mães, enquanto os meninos eram educados pelo pai, que ensinavam os filhos a trabalhar e a ir a festas da sociedade para manterem-se sempre atualizados dos acontecimentos: uma educação com finalidade de manter os padrões da época.

Segundo Aranha (2006), em sociedades como a grega, as crianças eram consideradas adultos de baixa estatura (ou miniadultos). A educação era destinada apenas para a transmissão de valores, modos de convivência e formas de trabalho. A partir do momento em que a criança criava certa independência, os pais colocavam os filhos para trabalhar nas plantações de alimentos, nas pescas e nas caças. Ou seja, a única coisa que diferenciava uma criança de um adulto era a estatura.

As famílias no passado não tinham a mesma concepção acerca das crianças que se tem hoje em dia. Aranha (2006) afirma que quando uma criança morria, os pais não sofriam muito, uma vez que acreditavam logo conceberiam outra para substituir aquela que havia falecido.

Philippe Ariès (1981), ao abordar a concepção de infância que as sociedades do passado possuíam, afirma que “[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 1981, p. 50). Nessa época, o número de casos de abandono de crianças era grande e quando sobreviviam, estas eram inseridas no mundo adulto assim que deixasse de depender do adulto que o protegera.

Ao passar dos anos, com o surgimento da escrita, as sociedades começaram a se tornar mais complexas, ocorrendo a divisão de trabalho, em que a mulher ficou destinada a educação dos filhos e cuidados do lar, enquanto o homem trabalhava para manter a casa. A partir desse momento, começaram a surgir as classes sociais e os governos, que passaram a ser os mediadores, os organizadores da vida em sociedade.

O olhar para a infância e sua educação começou a surgir de forma mais concreta no século XIX. Manacorda (2010), ao abordar a evolução da educação nos anos oitocentos afirma que ela “recebe o legado da burguesia revolucionária (liberal-democrática) e a pedagogia ganha características políticas e natureza social” (MANACORDA, 2010, p. 269). Nesse período, surgem os movimentos utópicos socialistas, que propuseram novas formas de se pensar o trabalho, a vida em sociedade, etc. Também nessa época começou-se a pensar a educação nos jardins de infância. Ou seja, as famílias começaram a cuidar melhor de suas crianças, principalmente as mães, que tinham essa uma de suas principais atribuições.

Diversos pensadores modernos se propuseram a debater sobre a educação das crianças. Estes defendiam que a infância deveria ocorrer em locais próprios: nas escolas.

Os intelectuais da época dizem que a infância não pode acontecer nos lares, nas mãos de pais e outras figuras que ‘apenas paparicam as crianças’ ou as tratam ‘como coisas’, mas ela só acontece se as crianças estão nas mãos de especialistas- os educadores, os homens de letras, enfim, os

professores. O Professor então deve ser o guardião da infância e da juventude (GHIRALDELLI JR, 2015, p. 19).

Ainda nessa época, apenas as crianças de classe nobre frequentavam a escola, a partir dos 6 ou 7 anos. Essa instituição, no entanto, como explica Manacorda (2010) tinha como caráter, apenas instruir as pessoas para satisfazer as novas exigências da época, principalmente de caráter religioso. Enquanto isso, muitas crianças pobres eram abandonadas em *Roda do Exposto*, igrejas, nas ruas ou até mesmo em lixeiras. Sobre a *Roda do Exposto* é dito que:

Esta roda era uma espécie de dispositivo onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido à criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local (PASSETI, s/a, p. 9).

No século XIX, o número de casos de abandono era muito grande em todo o mundo, fazendo com que a situação começasse a ficar preocupante. Para lidar com a situação, segundo Manacorda (2010) foram criadas salas e/ou ambientes para abrigar crianças abandonadas. Em toda a Europa foram criadas instituições como essas, tais como a *infant school* inglesa, os *asili infantili* italianos, e os mais conhecidos, o *kindergarten* (jardim de infância) alemão. Apenas crianças pobres frequentavam essas instituições, pois, crianças da elite permaneciam sob os cuidados da mãe.

Com a Revolução Industrial, a sociedade mudou os seus aspectos de vida e convivência. Muitas mães, para ajudar nas despesas de casas, começaram a trabalhar nas indústrias, com isso, houve a necessidade de se encontrar um lugar ou alguém para cuidar das crianças. Nesse momento, os asilos não abrigavam mais apenas as crianças abandonadas, mas agora seria um lugar que as mães da classe operária poderiam deixar seus filhos enquanto fossem trabalhar.

Manacorda (2010) afirma que em todo o mundo foram criadas essas salas, principalmente perto das indústrias, sendo que em alguns casos, as próprias indústrias criavam essas instituições para atender os filhos de suas empregadas. Até esse momento, o objetivo era apenas de cuidar das crianças. Não havia um olhar pedagógico, não se considerava o local uma escola, apenas um lugar de assistência.

No Brasil, conforme aponta Ghiraldelli (2015), a educação infantil teve início em 1875, com a primeira instituição inaugurada no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, foram surgindo outras instituições pelo Brasil, na Bahia e em São Paulo. Em 1879, foi divulgada a ideia do “asilos infantil”, que seria uma casa para atender as crianças. Essas instituições brasileiras tinham as mesmas finalidades das instituições europeias, apenas de dar assistência: cuidar das crianças enquanto suas mães fossem trabalhar. Crianças de pais ricos não frequentavam essas instituições, pois estas ficavam sob os cuidados das próprias mães ou babás.

As classes populares eram o público alvo dessas, e a Igreja exercia um papel fundamental nesse quesito, como aponta Manacorda (2010), uma vez que ela ensinava as práticas religiosas e criava várias instituições como essas.

Mesmo com a criação das instituições para atendimento infantil, o número de crianças abandonadas ainda era grande e havia muitas crianças marginalizadas. Sobre essa realidade:

A ‘proteção à infância’ é o novo motor que impulsiona a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas possam ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado como no espaço público. (KUHLMANN JR., 2004, p. 473).

Um novo olhar para essas instituições começou a surgir devido ao grande número de crianças que morria nesses locais. Primeiramente, como afirma Manacorda (2010), começou-se a ensinar a elas bons modos, noções de higiene, educação e saúde, pois acreditavam que dessa forma a criança se reintegraria a sociedade.

A partir desse período, foram criadas várias instituições como as creches, casas de infância, escolas, maternais e jardins de infância pelo Brasil a fora, com a finalidade de dar uma assistência às famílias pobres.

Na Constituição de 1988, foi criada a primeira lei que garantia o acesso de crianças na pré-escola, onde o ensino seria gratuito. Em 1990, o governo brasileiro sancionou a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido popularmente como ECA, que garantia os direitos das crianças e dos adolescentes. A partir desse momento, a criança passou a ser um sujeito de direitos e deveres, o qual deveria ser respeitado. Sobre essa lei pode-se destacar o direito à liberdade, a cultura, a vida, ao lazer, a alimentação, a uma educação convivência familiar e ao esporte.

Depois de muitas lutas de pais, professores e associações, preocupados com a educação da criança, o Governo Brasileiro, em 2009, sancionou a Resolução nº 5, do dia 17 de dezembro, denominado Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que tinha como objetivo estabelecer normas para a organização de propostas pedagógicas na educação infantil e definir que a creche e a pré-escola seria a primeira etapa da educação básica.

2.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E COGNITIVO DA CRIANÇA

Atirei o pau no gato-to
Mas o gato-to não morreu-reu-reu
Dona Chica-ca admirou-se-se
Do berro, do berro que o gato deu
Miau (Cantiga Popular).

Quando ouvimos uma canção como essa acima, logo nos lembramos do tempo de criança, que nos faz pensar nas crianças em nossa volta. Contudo, num passado não tão distante, esse tipo de música não fazia parte desse universo: o infantil.

Desde as últimas décadas, a Educação Infantil no Brasil vem passando por mudanças. Segundo Brasil (2009), tanto a creche quanto a pré-escola começam a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica, através da Emenda Constitucional nº 59/2009, que reconhece a criança como sujeito histórico e de direitos e que, nas interações, práticas e relações do dia a dia, ela constrói sua identidade, e um currículo contendo um conjunto de práticas visando buscar articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, é pensado.

No passado, a única preocupação dos pais era mandar seus filhos menores para a creche, porém, atualmente, há uma proposta pedagógica para a Educação Infantil que orienta e define as metas que pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educadas. Entre as mudanças abordadas por Brasil (2009), está a matrícula na Educação Infantil, que tornou-se obrigatória para as crianças que completam 4 ou 5 anos e a existência de uma proposta pedagógica que respeite os princípios de forma ética, política e estética, ou seja, todo aluno deve ter autonomia, responsabilidade, solidariedade, direitos de cidadania, sensibilidade, criatividade, ludicidade, entre outros.

A Educação Infantil é o período que possamos talvez chamar de mais importante, pois é nesse período que a criança desenvolve seus aspectos físicos e cognitivos. Através de formas lúdicas, o professor trabalha as sensibilidades, modos de convivência, o respeito, a autonomia e a socialização, ou seja, coisas que as crianças levarão para toda a sua vida.

Como já vimos até o momento, a Educação Infantil passou por diversas transformações em toda a sua trajetória, tornando-se reconhecida por ser a primeira etapa da educação básica. Quando os pais ingressam seus filhos nesse período, estes se desenvolvem de maneira integral. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a “Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, e será oferecida em articulação com a família e com a comunidade, cumprindo, indissociavelmente, as funções de cuidar e educar” (BRASIL, 2010).

Ou seja, é nesse período que a criança desenvolve seus aspectos físicos e cognitivos, assim como a socialização, o brincar e o cuidar, que estão interligados com a educação infantil.

Maristela Angotti (2014) defende em seu livro “Educação Infantil: Pra que, para quem e por quê?” que a Educação Infantil é sim uma etapa singular da vida do ser humano, um momento mágico, único de desenvolvimento. Afinal é nesse período que acontece a troca de saberes, e que a criança começa a ter conhecimento do mundo em sua volta e a se socializar.

O currículo da Educação Infantil está baseado na própria criança, sendo ela o centro de todo o planejamento, pois depois da Constituição de 1988, a criança se tornou um ser histórico e de deveres para com seu desenvolvimento integral. As DCNs afirmam que o “currículo é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 2010).

Logo, conforme defende Silva (2012) o professor de Educação Infantil deve buscar trabalhar com seus alunos de formas lúdicas, através de jogos, brincadeiras, musicalização, atividades de psicomotricidade e corporeidade, que é o movimento do corpo e que inclusive explora a imaginação da criança, sabendo que a mesma tem o poder de criar, recriar e poder fazer novas descobertas.

As imagens abaixo, que possuem autorização de divulgação por parte da direção das escolas, são de duas instituições de Educação Infantil. A primeira instituição é uma creche da rede municipal da cidade de Manhuaçu, Minas Gerais e a segunda de uma pré-escola da Rede Municipal de Lajinha, Minas Gerais.

Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Nessa instituição, a creche, representada pelas figuras 1, 2 e 3, houve uma exposição dos trabalhos produzidos pelas próprias crianças durante o primeiro semestre de 2019. Nessa creche os trabalhos realizados são lúdicos e voltados para o próprio universo das crianças. Já a figura 4, foi uma atividade realizada pela professora juntamente com seu monitor. Podemos ver que ela utilizou o jogo para trabalhar as formas geométricas com as crianças de três anos. Uma maneira lúdica para trabalhar, envolvendo a corporeidade e a musicalização.

Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8



Já nessa instituição, a Pré-escola, percebemos que a professora procurou trabalhar de maneira lúdica para alcançar seus objetivos com os seus alunos, tornando a aprendizagem mais divertida.

Na Fig. 7, podemos ver que o professora está seguindo um dos princípios da educação infantil, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. Já na Fig. 8, a professora traz para a sala de aula a caracterização para tornar a aula mais divertida, explorando a imaginação da criança. Dessa forma ela terá o prazer de permanecer nesse ambiente.

Dessa maneira, tanto a creche como a pré-escola estão realizando as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil, que é a interação e a brincadeira garantindo as experiências de conhecer o mundo em sua volta, conhecer a si mesmo, as várias formas de se expressar, a imaginação, a confiança, a vivência ética e estética, enfim, tudo para promover o desenvolvimento da criança.

Ainda nesse universo lúdico, o professor torna a aprendizagem mais divertida, pois a brincadeira já faz parte do universo infantil e, além disso, o lúdico na escola promove o conhecimento, a interação entre as próprias crianças, o respeito e a criação de valores.

3. METODOLOGIA

Quanto à abordagem, esse artigo optou por utilizar a pesquisa qualitativa, cujo objetivo “é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

O presente trabalho pode ser caracterizado como sendo uma pesquisa de caráter descritivo, uma vez que, conforme afirma Triviños (1987), descreve os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para a realização deste trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica, que:

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

Este trabalho, contudo, não se baseou unicamente em leituras bibliográficas, pois também utilizou de observação do cotidiano de crianças em creches e escolas primárias do estado de Minas Gerais.

4. CONCLUSÃO

Como pode ser observado, a educação infantil, tanto no Brasil como no resto do mundo, é uma conquista de muitas lutas, seja de professores, pais, pensadores, enfim, de toda a sociedade.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo um lugar que as crianças irão construir sua própria identidade, seus saberes, construir seus sentimentos de modo que a mesma se desenvolva integralmente, respeitando quem ela é: um sujeito histórico. Respeitando sua autonomia, diferença cultural, identidade e a criatividade, e que deve ser um trabalho complementar à da família.

É de suma importância a matrícula da criança na creche, em que o professor irá trabalhar de modo que ela desenvolva sua psicomotricidade, a linguagem, a coordenação motora, ou seja, suas habilidades físicas e cognitivas serão trabalhadas a partir do momento em que a criança for inserida nesse contexto. Logo, a creche é um espaço que vai além dos cuidados, de uma simples assistência que é oferecida aos pais.

Para finalizar, todo o saber que a criança aprende nesse período ela levará para toda a sua vida, e contribui para que ela entenda o mundo ao seu redor, tornando-se no futuro, um adulto com valores, e repleto de saberes.

5. REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela, (Org.). **Educação Infantil: Para que, e para quem e por quê.** Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2014.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÈS. Philipe. **História social da criança e a família.** São Paulo, perspectiva, 1986.

ATIREI o Pau no Gato. Cantigas Populares. **Letras.** Disponível em: <<https://www.letas.mus.br/cantigas-populares/983981/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC; SEB, 2010.

DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative.** Montreal: McGraw Hill, 1991.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira.** [s.l.]: Cortez, 2015.

KUHLMANN JR, M. Educando a infância brasileira. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Portugal e Brasil].** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 469-496.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PASSETI, Edson. **As crianças brasileiras: um pouco de sua história.** Texto mimeografado [S.l.: s.n].

SILVA, Maria Elisandre da. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

TOMAS, Catarina Almeida. **A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-histórica.** Pidéia Ribeirão Preto, v. 11, n. 21. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 18 out. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.